



## **“ESCREVIVÊNCIAS”: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Mariana Prudente da Silva

Mestranda

Universidade Católica de Pernambuco

marianaprudente2019@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho surge a partir de inquietações em relação à falta de visibilidade dos conteúdos sobre história da África, cultura afro-brasileira e indígena, além da ausência de representatividade negra e indígena nas aulas de história e nos manuais escolares. Por esse motivo me senti instigada a estudar, investigar e modificar a realidade escolar a partir de práticas cotidianas simples, que podem fazer a diferença na trajetória docente e discente, além de ampliar as discussões e visões sobre nosso lugar social imbricado ao compromisso com a Educação para as Relações Étnico – Raciais (ERER) e as ações antirracistas. Essa pesquisa tem como objetivo utilizar leituras especialmente de obras escritas por intelectuais negros/os e indígenas, visitas a sites e blogs como o LiteAfro e Geledés, bem como obras cinematográficas disponíveis no canal Cultne (YouTube), plataforma Itaú Cultural Play, relatos de experiência individual e coletiva, e dos podcast’s História Preta; Projeto Querino; Vidas Negras (Spotify e Google Podcast), as Leis 10.639/03 e 11.645/08, entre outros.

**Palavras-chave:** ERER; Ensino de História; Antirracismo.

É perceptível que as ações do passado ainda “assombram” o presente

principalmente no que se refere ao processo de colonização, diáspora africana (escravidão) e pós-abolição na constituição do espaço geográfico (do ir e vir), da política, das relações de sociabilidades, na construção imagética de indivíduos e nos privilégios da sociedade brasileira.

Por séculos grupos “minoritários” lutaram e resistiram às diversas imposições, que as/os colocaram a mira da perseguição, da violência, da criminalização, da demonização e do racismo. Elas/eles foram deixadas/os a margem pelo Estado Brasileiro, assim como descreve a intelectual Carolina Maria de Jesus<sup>1</sup>, que na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* menciona os desafios de ser uma mulher negra residente da Favela do Canindé, em São Paulo, durante meados do século XX. Jesus relata detalhadamente o cotidiano marcado por insegurança alimentar, violência policial, invisibilidade, medo e falta de moradia.

Em entrevista ao jornal *The Brazilians*, a historiadora Lélia Gonzalez<sup>2</sup> afirma: “A população negra brasileira se encontra numa situação que não é muito diferente de noventa anos atrás, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram” (GONZALEZ, 2020, p. 302). Essa afirmativa deixa evidente que vivenciamos os efeitos da colonialidade descrito por Aníbal Quijano<sup>3</sup>, e que tais repercussões corroboram na perpetuação de narrativas violentas e estereotipadas, que afetam todos os espaços de sociabilidade e de poder, especialmente

---

<sup>1</sup> Carolina Maria de Jesus foi uma intelectual que se debruçou em escrever obras denunciando a invisibilidade da população negra periférica, a insegurança alimentar, a desigualdade espacial, social e racial, bem como o racismo do pós-abolição. Para aprofundar as reflexões sobre a trajetória de Carolina Maria de Jesus sugiro a leitura da matéria *Carolina Maria de Jesus: Quem foi à escritora que denunciou a fome no país*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/carolina-maria-de-jesus-quem-foi-a-escritora-que-denunciou-a-fome-no-pais/>. Acessado em: 21 de out. de 2023.

<sup>2</sup> Lélia Gonzalez foi historiadora, professora, escritora e integrante do Movimento Negro Unificado (MNU), bem como se dedicou a escrita de trabalhos, que refletiam sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, a relação de sociabilidade e a questão cultural imbricada ao racismo. Para aprofundar as reflexões sobre os conceitos de Gonzalez sugiro a leitura da matéria *Lélia Gonzalez*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lelia-gonzalez/>. Acessado em: 21 de out. de 2023. Como também sugiro o artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (Gonzalez, 1984). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf). Acessado em 21 de out. de 2023.

<sup>3</sup> Aníbal Quijano foi um sociólogo peruano, que se debruçou em estudar as permanências do colonialismo, ou seja, a colonialidade nas relações sociais, políticas e do saber. Para aprofundar reflexões sugiro a leitura da matéria *O legado de Aníbal Quijano para o pensamento latino-americano descolonizado*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/579677-o- legado-de-anibal- quijano-para-o-pensamento-latino-americano-descolonizado>. Acessado em: 21 de out. de 2023.

os de ensino básico.

Cabe destacar que existe um “projeto” de apagamento histórico e de invisibilidade de personagens negros e indígenas na história, além de existir muita dificuldade em reconhecê-las/os por imagens ou sobrenome por falta de informações ou em decorrência das condições (escravidão/questão social) da época, outra peculiaridade a respeito desse assunto é o impasse em trabalhar determinados conteúdos do componente curricular de História pela deturpação do manual escolar ou pela ausência de referências, representatividade e identidade. Segundo o antropólogo Kambegele Munanga, existem três fatores de suma importância na constituição da personalidade cultural / identitária sendo eles: o fator histórico, linguístico e psicológico. Refletindo sobre a construção identitária, vale destacar

“O fator histórico parece o mais importante, na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. O essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais longínquo possível. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que ela cria, constitui uma relação de segurança a mais certa e a mais sólida para o povo. É a razão pela qual cada povo faz esforço para conhecer sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. Também é a razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das estratégias utilizadas pela escravidão e pela colonização para destruir a memória coletiva dos escravizados e colonizados.”  
(Munanga, 2020, p. 12)

Tendo em vista a construção da nossa “história oficial” na perspectiva do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), durante o século XIX, quando ainda estávamos vivenciando um regime monárquico, os primeiros escritos sobre a história do Brasil foram realizados por mãos brancas, como afirma a historiadora Beatriz Nascimento. Foram homens brancos, de origem européia, pertencentes a grupos sociais favorecidos, inseridos nos altos escalões da política imperial, e com profundas ligações com a Igreja Católica que interpretaram a construção social e política brasileira, buscando enaltecer figuras como os imperadores, religiosos de destaque e personagens ligados à monarquia, em contraposição deixando de lado as/os ditas/os subalternas/os, das/os quais conhecemos na historiografia como “história vista de baixo”. E se regressarmos aos

séculos anteriores iremos nos deparar com os processos de colonizações imbricados as “grandes navegações” na Idade Moderna, que promoveu a “conquista” e colonização dos territórios posteriormente chamados de América Latina (Brasil). O encontro entre as culturas europeias e indígenas provocou profundo “estranhamento” referente às formas de vida, cosmovisões e crenças. Com o europeu veio toda a estrutura baseada no conceito de raça, de superioridade branca, o patriarcado, a heteronormatividade, o cristianismo e o comportamento que depois se constituiu como racismo, que foram severamente impostos aos povos originários residentes nessas terras, assim como as/aos africanas/os que vieram ao Brasil para compor a mão de obra escravizada.

Visto que esses procedimentos tornaram esses grupos marginalizados diante das narrativas históricas, com o passar do tempo às permanências referente à visão sobre aspectos históricos e culturais associados à africanas/os, afro-brasileiras/os e indígenas ainda é deixada à margem, sendo passíveis a interpretações pré – conceituosas, racistas e cheias de deturpações. Por muito tempo aprendemos sobre as/os africanas/os doravante a ótica da diáspora e da escravidão resumindo toda a história e contribuição desses povos ao período de subordinação e sofrimento, como também conhecemos a trajetória dos povos originários mediante a escrita dos colonizadores no período colonial, como se a história destes não existesse durante o Império e a República. Segundo a intelectual nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie<sup>4</sup> tal situação está imbricada a classificação do perigo de uma história única, ou seja, só conhecemos um lado da narrativa histórica e os outros lados além de silenciados são estereotipados. “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” (Adichie, 2019, p.26)

Vejamos como o colonialismo<sup>5</sup> e a colonialidade<sup>6</sup> é um sistema eficaz, que

---

<sup>4</sup> Chimamanda Ngozi Adichie é uma intelectual nigeriana, que tem se debruçado na escrita de obras que enaltecer a cultura africana através da literatura. Para mais informações sobre a autora e suas obras sugiro a leitura da matéria *Chimamanda Adichie: O perigo de uma história única*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>. Acessado em: 22 de out. de 2023.

<sup>5</sup> Colonialismo foi uma instituição administrativa que vigorou em vários territórios da América Latina, período do qual chamamos de colonial. Resultado de dominação de um território sob o outro, ocasionando violências físicas, simbólicas e psicológicas. Para o aprofundamento nas reflexões sobre o colonialismo sugiro a leitura da matéria *Frantz Fanon: Um clássico para entender o colonialismo*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-12-03/frantz-fanon-um-classico-para-entender-o-colonialismo.html>. Acessado em: 22 de out. de 2023.

<sup>6</sup> Colonialidade é o termo utilizado para conceituar as permanências do colonialismo, que apesar de ter cessado, deixou continuidades através das relações sociais, das visões de mundo e reproduções do saber. Para mais reflexões sugiro a leitura *Colonialidade e Decolonialidade: Você conhece esses conceitos?*.

mantêm suas raízes fortes e profundas, perpassando fronteiras e sociedades. Pensando nisso, temos uma educação pautada no modelo europeu, em relação à estrutura escolar, as relações entre docentes e discentes, o modo de avaliação, os conteúdos privilegiados e as narrativas empregadas nos livros didáticos. Somente no ano dois mil foram criadas as Leis (10.639/03<sup>7</sup> e 11.645/08)<sup>8</sup> que tornaram obrigatória o ensino dessas temáticas em instituições de educação básica do âmbito público e privado. Não podemos esquecer-nos do papel dos movimentos sociais negros – Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>9</sup> e o Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>10</sup> na luta pela inserção da/o negra/o nos espaços de poder e na garantia de direitos básicos, especialmente no quesito educação, com políticas de ações afirmativas.

A promulgação das leis pode ser considerada um grande passo para a introdução de discussões e reflexões a cerca da Educação para as Relações Étnico – Raciais (ERER), bem como a representação da luta contra o racismo, na exaltação da nossa história e cultura, por uma sociedade mais justa e equânime. Entretanto, a nossa realidade está longe da expectativa. Pensando nos percalços que professoras/es de História enfrentam com a “onda de negacionismo”, com a redução da carga horária das aulas, falta de formação pedagógica correlata a ERER e o reducionismo dos manuais escolares. Precisamos criar meios para efetivar as ações afirmativas nos espaços de formação, adotando novos comportamentos, tentando reescrever uma nova história baseada na decolialidade<sup>11</sup>, que possa ser sinônimo de inclusão e humanização. “As histórias

---

Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>. Acessado em: 22 de out. de 2023.

<sup>7</sup> A Lei 10.639/03 estabelece como obrigatória o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares do fundamental ao ensino médio, nas escolas de âmbito público e privado, como também incluiu o dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) no calendário escolar. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acessado em 22 de out. de 2023.

<sup>8</sup> A Lei 11.645/08 altera a anterior Lei 10.639/03 estabelecendo no currículo oficial o ensino de História da África, cultura afro-brasileira e indígena do fundamental ao ensino médio, das escolas de âmbito público e privado. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acessado em: 22 de out. de 2023.

<sup>9</sup> Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma organização social formada por pessoas negras no pós-abolição, durante a primeira metade do século XX, que exigia igualdade em direitos para a população negra. Para aprofundamento no tema sugiro a leitura *A Frente Negra Brasileira*. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/documentos/antecedentes-do-ten/frente-negra-brasileira/>. Acessado em: 22 de out. de 2023.

<sup>10</sup> Movimento Negro Unificado é uma organização social que luta a favor dos direitos e da visibilidade da população negra. Para aprofundamento no tema sugiro a leitura da matéria Movimento Negro Unificado (MNU) – O que é, história e importância. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-negro-unificado/>. Acessado em: 22 de out. de 2023.

<sup>11</sup> Decolialidade é o rompimento com narrativas e saberes colonizados, ou seja, eurocentrados. Para mais reflexões sobre o conceito de decolialidade sugiro a leitura da matéria Colonialidade e decolialidade: Você conhece esses conceitos? . Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>.

importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p.32).

Para este trabalho nos apropriamos dos conceitos de Neurose da cultura brasileira, da historiadora Lélia Gonzalez; Colonialidade do poder, do sociólogo Aníbal Quijano; e a Pedagogia engajada, da professora bell hooks. Esses conceitos foram escolhidos para entendermos os efeitos do colonialismo e do racismo, nas estruturas sociais e nas instituições, especialmente a de ensino. No conceito Neurose da cultura brasileira idealizada pela intelectual Lélia Gonzalez presente no artigo *Cultura e sexismo na sociedade brasileira* tem como objetivo abordar o racismo na perspectiva da psicanálise de Jacques Lacan, em resumo, analisa o desejo proibido (negado) x repulsa o que significa dizer que a sociedade brasileira deseja pessoas negras (desejo proibido) ao mesmo tempo em que se afasta (repulsa), que se converte no racismo incessantemente negado.

Quando esse movimento acontece dá margem para ideias negacionistas sobre o racismo, como também fortalece o surgimento de teorias, a exemplo do “mito da democracia racial” que busca “suavizar” as tensões raciais, afirmando a existência de cordialidade, de meritocracia e de universalidade. A ideia da “democracia racial” é propagada em especial durante as festividades carnavalescas, quando todas/os estão juntos nas comemorações, mas dentro dessas relações existem violências simbólicas embutidas (relações patriarcais, sexistas, racistas...). Em suma, a negação alimenta a permanência dessas agressões que reverberam nas relações cotidianas na (linguagem, no tratamento de pessoas racializadas, na escolarização, no mercado de trabalho, na política, na educação, nos livros didáticos, no imaginário...). É o que entendemos por racismo estrutural e Institucional.

Já a teoria Colonialidade do poder, de Aníbal Quijano presente no artigo *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* aborda a construção da América Latina através da chegada dos colonizadores europeus; o estranhamento provocado pelo “encontro” entre culturas distintas; a ideia de raça provocando o sentimento de superioridade do colonizador; dando legitimidade as guerras; o processo de subordinação dos povos originários; posteriormente aos africanos; no entanto Quijano

focaliza no discurso sobre colonialidade, que para ele seria a perpetuação do colonialismo, ou seja, a estrutura administrativa colonial findou-se, mas os costumes permaneceram e permanecem até os dias atuais ganhando o nome de colonialidade, a qual é responsável pelo processo comportamental de culturas colonizadas por europeus, e por fim trago o conceito de Pedagogia engajada, de bell hooks extraída da obra *Ensinando a transgredir: A educação como prática de liberdade* para analisar o procedimento de autoatualização do corpo docente, isto é a busca pela formação, de bem – estar da/do educadora/educador que refletirá no processo de ensino e aprendizagem. Para hooks, é importante que a/o professora/professor estejam bem consigo para desempenhar bem o seu papel, assim como pensa a importância da empatia e da educação libertária para o melhoramento das relações com os discentes.

Especialmente quando estamos tratando de Educação para as Relações Étnico – Raciais (ERER) e a proposta de uma educação engajada na luta antirracista. O ambiente escolar é um importante espaço de formação e de socialização, por isso precisamos iniciar os debates antirracistas na sala de aula, para que o movimento aconteça de dentro para fora, e que possamos ter docentes e discentes mais comprometidas/os com os ideias humanistas e com a justiça social. Afinal, só teremos uma efetiva democracia com o fim do racismo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ASSUMPÇÃO, Carlos de. Quando Zumbi voltar – 10 poemas. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). Et al. Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

GOMES, Flavio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz.

Enciclopédia Negra. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10.ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano; tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Marcia; RIOS, Flávia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia Gonzalez: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos. 4ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kambegele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NGOZI, Chimamanda Adichie. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, p. 117 – 142, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 11 de dez. de 2021.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAMMYN, Henrique Marques. Levante. São Paulo: Jandaíra, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VADALA, Walter. Zumbi dos Palmares: Por uma educação antirracista. Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2020.

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS. Fundação Santillana, 2022.

Podcast. Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3IuZm0vcy9iMTEzN2VINC9wb2RjYXN0L3Jzcw> . Acessado em: 22 de out. de 2023.

HISTÓRIA PRETA. Tiago André. B9 Company, 2021. Podcast. Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9mZWVkey5zaW1wbGVjYXN0LmNvbS9RYWU1aHZaVw>. Acessado em: 22 de out. de 2023.

PROJETO QUERINO. Tiago Rogero. Rádio Novelo, ago. 2022. Podcast. Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly93d3cuc3ByZWFrZXIuY29tL3Nob3cvNTc4MzMzOC9lcGlzb2Rlcy9mZWVk>. Acessado em: 22 de out. de 2023.

VIDAS NEGRAS. Tiago Rogero. Rádio Novelo, 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0qycUnfp92MidYXzMC8t0W>. Acessado em: 22 de out. de 2023